

**TutPrv no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.118 - DF (2018/0039203-0)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**REQUERENTE : CARLOS NATANIEL WANZELER**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO - DF004107**  
**ADVOGADOS : ROBERTA CRISTINA RIBEIRO DE CASTRO QUEIROZ -**  
**DF011305**  
**MARCELO TURBAY FREIRIA E OUTRO(S) - DF022956**  
**REQUERIDO : MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA**  
**PÚBLICA**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência apresentado por Carlos Nataniel Wanzeler, nos autos de mandado de segurança impetrado pelo ora requerente contra ato praticado pelo Ministro de Estado da Justiça, consubstanciado na edição da Portaria n. 90, de 14 de fevereiro de 2018, que declarou a perda da nacionalidade brasileira do impetrante.

O pedido de liminar realizado por ocasião da propositura da ação mandamental foi indeferido às e-STJ, fls. 508-511.

O requerente sustenta que houve alteração das circunstâncias fáticas do litígio, uma vez que foi realizado pedido de extradição do impetrante, ressurgindo o perigo na demora para o deferimento do pedido de concessão de efeito suspensivo ao ato administrativo impugnado na presente ação mandamental.

Assevera que a Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria Geral da República requisitou cópias do procedimento que resultou na decisão administrativa em debate, o que justifica o receio do impetrante de sofrer novos pedidos de prisão preventiva para fins de extradição.

Explicita, ainda, o seguinte (e-STJ, fl. 671):

53) Apesar da defesa do impetrante entender ser manifestamente incabível o pedido de extradição, uma vez que o impetrante responde no Brasil 5 e nos Estados Unidos, pela suposta prática do crime de pirâmide financeira, esta situação não se mostrou suficiente para obstar a instauração de procedimento de extradição, de modo que o impetrante ainda corre o risco de vir a sofrer uma injusta prisão cautelar.

54) Ainda que interposto recurso administrativo, sem efeito suspensivo, no procedimento administrativo que trata sob a perda de nacionalidade do impetrante, este ainda não foi analisado pela autoridade competente, de modo que diante da inércia, resta ao impetrante a renovação do pedido cautelar no presente feito.

55) Logo, preenchidos os pressupostos legais e demonstrada a ilegalidade da decisão ora atacada, requer-se a concessão de medida liminar, inaudita altera pars, a fim de que seja conferido efeito suspensivo à Portaria n. 90, de 14 de

fevereiro de 2018, do Ministério da Justiça.

Busca a concessão de liminar para que sejam suspensos os efeitos da Portaria n. 90, de 14 de fevereiro de 2018, do Ministério da Justiça, até o trânsito em julgado da presente demanda.

Decido.

Diante dos fatos narrados, entendo que o presente mandado de segurança encontra-se intrinsecamente relacionado com a matéria extradicional, o que atrai para a Suprema Corte a competência originária para apreciar o litígio.

Com efeito, a manifestação da Coordenação de Extradicação e Transferência de Pessoas Condenadas (e-STJ, fl. 657), nos termos referenciados pelo impetrante, expressa que o seguimento do processo de extradicação envolve o debate relacionado com a nacionalidade do ora requerente, devendo os autos serem remetidos para o STF. Nesse sentido:

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. BRASILEIRA NATURALIZADA AMERICANA. ACUSAÇÃO DE HOMICÍDIO NO EXTERIOR. FUGA PARA O BRASIL. PERDA DE NACIONALIDADE ORIGINÁRIA EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO REGULAR. HIPÓTESE CONSTITUCIONALMENTE PREVISTA. NÃO OCORRÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

**1. O Supremo Tribunal Federal é competente para o julgamento de mandado de segurança impetrado contra ato do Ministro da Justiça em matéria extradicional. (HC 83.113/DF, Rel. Min. Celso de Mello).**

2. A Constituição Federal, ao cuidar da perda da nacionalidade brasileira, estabelece duas hipóteses: (i) o cancelamento judicial da naturalização (art. 12, § 4º, I); e (ii) a aquisição de outra nacionalidade. Nesta última hipótese, a nacionalidade brasileira só não será perdida em duas situações que constituem exceção à regra: (i) reconhecimento de outra nacionalidade originária (art. 12, § 4º, II, a); e (ii) ter sido a outra nacionalidade imposta pelo Estado estrangeiro como condição de permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis (art. 12, § 4º, II, b).

3. No caso sob exame, a situação da impetrante não se subsume a qualquer das exceções constitucionalmente previstas para a aquisição de outra nacionalidade, sem perda da nacionalidade brasileira.

4. Denegação da ordem com a revogação da liminar concedida.

(MS 33864, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 19/04/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 19-09-2016 PUBLIC 20-09-2016).

Como se observa, o Pretório Excelso firmou a orientação de que o mandado de segurança impetrado contra ato do Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública – quando o exame do litígio ensejar repercussão na esfera extradicional – constitui exceção ao regramento previsto no art. 105, I, alínea "c", da CF, inaugurando a competência da Corte Suprema para o deslinde da questão.

Isso porque a concessão da ordem, em tais ocasiões, teria o condão de restringir os poderes que foram concedidos, com exclusividade, ao STF no âmbito da extradição passiva.

Destaco, no ponto, a seguinte fundamentação contida no voto proferido pelo em. Ministro Celso de Mello, por ocasião do julgamento do HC 83.113/DF:

Cabe reconhecer, preliminarmente, a competência desta Suprema Corte para apreciar o *writ* constitucional em questão, eis que - não obstante impetrado contra Ministro de Estado - deixa de incidir, na espécie, a norma inscrita no art. 105, I, "c", da Constituição da República, pelo fato de o remédio de habeas corpus, no caso ora em exame, objetivar a extinção de procedimento de índole extradicional, o que culminaria por eventualmente afetar o exercício, por esta Corte, dos poderes que lhe foram outorgados, com exclusividade, em sede de extradição passiva, pela Carta Política (CF, art. 102, I, "g").

Conclui-se, desse modo, que assiste competência, ao Supremo Tribunal Federal, para processar e julgar, em sede originária, a presente ação de habeas corpus, embora ajuizada, preventivamente, em face do Senhor Ministro da Justiça, considerada, no ponto, e para esse efeito, a orientação jurisprudencial prevalecente nesta Suprema Corte (RTJ 41/814-815 - RTJ 43/168 - RTJ 56/88 - RTJ 101/976 - RTJ 114/128, v.g.).

Ante o exposto, declino da competência para o julgamento do mandado de segurança e, por consequência, determino, com urgência, a remessa dos autos para o Supremo Tribunal Federal, a fim de que aprecie a demanda como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator